

SIMULADO ESPECIAL

TRT 8

ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE ENFERMAGEM - PÓS-EDITAL

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TRT-8**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/c7vTZT9fJiZW9Z5k8

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/j5ownr

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/3WNcYHk

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

Nasci numa fenda de serra e desci sem pressa. Não escolhi o leito: fui abrindo o que a pedra permitia e contornando o que não cedia. Os homens chegaram depois, e foi por mim que chegaram, porque água é caminho. Vi lavadeiras, vi barcos, vi a fábrica que se instalou na curva e escureceu minha água por trinta anos. Não os julgo. Aprendi que quem corre não guarda: levo o que me dão e entrego adiante, sem devolver. Quando me chamam de morto porque a represa me deteve, rio por dentro, no escuro, porque água parada ainda é água, e o que represa não me ensina a esquecer o mar.

1. Na construção da voz narrativa, o rio se define pela tensão entre:

a) submissão ao homem e orgulho da própria força.

b) aceitação do percurso imposto e recusa em guardar o que recebe.

c) memória do passado e desejo de retornar à serra.

d) indiferença ao mundo e ressentimento contra a fábrica.

e) celebração da represa e esquecimento do mar.

2. Em "Quando **me** chamam de morto", o pronome destacado exerce a função de:

a) objeto direto, e o sujeito do verbo é indeterminado.

b) objeto indireto, e o sujeito do verbo é o termo "morto".

c) partícula apassivadora, e o verbo está na voz passiva.

d) pronome reflexivo, pois o rio pratica e recebe a ação.

e) adjunto adnominal, pois indica posse.

3. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

a) O rio começou à correr na fenda da serra.

b) As lavadeiras voltavam à margem todos os dias.

c) O rio não obedece à nenhuma barragem.

d) A represa deteve o rio à partir da curva.

e) O rio entregou-se à correr livre pela serra.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

4. Ao final do expediente, a chefe de uma secretaria de vara encontrou na copa um processo físico que deveria estar no cartório. Ela sabe que um, e apenas um, dos servidores Lúcia, Marcos, Nádia e Otávio deixou o processo ali. Questionados, eles declararam:

- Lúcia: "Foi o Marcos."
- Marcos: "Foi o Otávio."
- Nádia: "Não fui eu."
- Otávio: "O Marcos está mentindo."

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o processo na copa e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Marcos e Otávio.

b) Nádia e Otávio.

c) Otávio e Marcos.

d) Nádia e Lúcia.

e) Lúcia e Nádia.

5. Em um tribunal, uma equipe de 6 servidores, trabalhando 5 horas por dia, digitalizou 4.800 páginas de autos em 8 dias. Para um novo lote de 7.200 páginas, foram designados 4 servidores, que trabalharão 6 horas por dia. Considerando que todos os servidores mantêm o mesmo ritmo de trabalho, o número de dias necessários para que a nova equipe digitalize todo o novo lote é

a) 10.

b) 12.

c) 13.

d) 15.

e) 18.

6. Um lote de processos de um cartório pode ser separado em pacotes de 6, de 8 ou de 10 processos, mas, em qualquer desses casos, sobram exatamente 4 processos fora dos pacotes. Se, por outro lado, o lote for separado em pacotes de 7 processos, não sobra nenhum. O menor número possível de processos desse lote é

a) 124.

b) 244.

c) 364.

d) 484.

e) 604.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

7. Em um levantamento realizado com servidores de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registradas as quantidades de processos administrativos analisados por cada servidor durante um dia de trabalho. Os resultados foram organizados na tabela a seguir.

Quantidade de Processos	Número de Servidores
4	2
6	3
8	4
10	1

Com base nos dados apresentados, a média aritmética do número de processos analisados por servidor é igual a

a) 6,0.

b) 6,8.

c) 7,0.

d) 7,2.

e) 7,5.

8. Considere os valores referentes ao tempo, em minutos, gasto por cinco servidores para concluir determinada tarefa administrativa, em um procedimento de rotina:

$$2, 4, 4, 4, 6$$

Para avaliar a dispersão dos tempos observados, um analista decidiu calcular a variância populacional dos dados, considerando cada um dos cinco valores como uma observação do conjunto completo em análise.

A variância populacional desses tempos, em minutos ao quadrado, é igual a

a) 0,8.

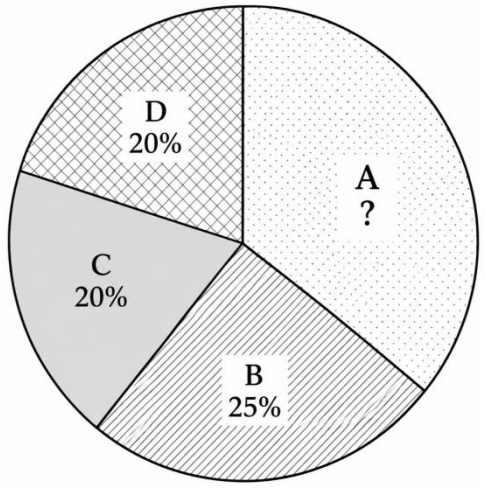
b) 1,0.

c) 1,2.

d) 1,6.

e) 2,0.

9. Em um levantamento sobre a distribuição de 240 solicitações recebidas por determinado setor administrativo, verificou-se a participação percentual de cada categoria de solicitação, conforme os dados apresentados a seguir.



Considerando que cada solicitação pertence a uma única categoria, o número de solicitações classificadas nas categorias A ou C corresponde a

a) 108.

b) 120.

c) 124.

d) 128.

e) 132.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

10. Durante a preparação de um relatório destinado a apresentar a estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, um servidor consultou o art. 3º do Regimento Interno do Tribunal, que enumera expressamente os órgãos que o integram. Considerando exclusivamente as disposições do referido artigo, assinale a alternativa que NÃO apresenta um órgão expressamente previsto no rol regimental.

a) O Tribunal Pleno e as Seções Especializadas.

b) A Presidência e a Vice-Presidência.

c) O Conselho da Ordem do Mérito Jus et Labor e a Escola da Magistratura.

d) As quatro Turmas e os(as) Desembargadores(as) do Trabalho.

e) A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

11. Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região relativas à composição das Turmas e Seções Especializadas, às vedações impostas aos(às) Desembargadores(as) do Trabalho e à competência para processá-los(as) nos crimes comuns e de responsabilidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau, não poderão ter assento na mesma Turma ou Seção Especializada.

b) Os(As) Desembargadores(as) podem exercer outro cargo ou função, ainda que estejam em disponibilidade, desde que haja compatibilidade de horário.

c) É vedado aos(às) Desembargadores(as) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos.

d) Os(As) Desembargadores(as) não podem dedicar-se à atividade político-partidária.

e) Os(As) Desembargadores(as) respondem, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, perante o Superior Tribunal de Justiça.

12. No âmbito de um Tribunal Regional do Trabalho, a administração passou a revisar os métodos de gestão e organização do trabalho, com o objetivo de prevenir e enfrentar práticas de violência, assédio e discriminação. Durante uma reunião, foram discutidas medidas relacionadas à participação coletiva, à diversidade, à comunicação entre as equipes e à responsabilidade dos gestores, bem como ao registro dos acolhimentos realizados pelo Comitê competente. Considerando o disposto nos arts. 5º e 6º da Resolução CSJT nº 360/2023, assinale a alternativa incorreta.

a) A prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação devem ter como base a gestão e a organização do trabalho, fomentando-se a gestão participativa, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.

b) Deve-se assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, práticas de gestão e atitudes que favoreçam o assédio.

c) A promoção da comunicação horizontal, do diálogo, do feedback e de canais de escuta e discussão constitui diretriz destinada a identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.

d) Para fins estatísticos internos do Comitê e de construção de políticas públicas, será registrado exclusivamente o número de acolhimentos, sem identificação dos dados nominais ou dos detalhes do caso.

e) Os gestores e as gestoras são exclusivamente responsáveis pela análise crítica dos métodos de gestão e organização do trabalho adotados em sua unidade, não lhes cabendo corresponsabilidade pela promoção de relações de respeito à diversidade, cooperação e resolução de conflitos na equipe.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

13. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, permitida a proibição de regresso.

b) Todo ser humano, vítima de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

c) A vontade do povo será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

d) A apatridia é legitimamente reconhecida como um direito.

e) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares, fundamentais e superior.

14. Considere:

I – Deve ser assegurado às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

II – O emprego de crianças e adolescentes é expressamente vedado.

III – O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados devem ser assegurados pelos Estados Membros.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), está correto o que se afirma em:

a) I e III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

15. De acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,

a) terão *status* supralegal.

b) serão equivalentes à lei ordinária.

c) serão equivalentes à lei complementar.

d) terão *status* supraconstitucional.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

16. Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

a) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que a pessoa com deficiência não pode casar-se sem autorização judicial.

b) A curatela, quando necessária, abrange todos os atos da vida civil da pessoa com deficiência, inclusive os de natureza existencial.

c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, que pode casar-se e constituir união estável; a curatela é medida extraordinária e alcança apenas atos de natureza patrimonial e negocial.

d) A pessoa com deficiência não pode decidir sobre o número de filhos, ato que depende sempre de autorização do curador.

e) A curatela deve ser decretada automaticamente sempre que houver laudo médico atestando deficiência intelectual.

17. Segundo a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000, sobre o atendimento prioritário à pessoa com deficiência, analise as afirmativas abaixo.

I. O atendimento prioritário compreende, entre outras finalidades, a proteção e o socorro da pessoa com deficiência em quaisquer circunstâncias.

II. A prioridade de atendimento aplica-se apenas às repartições públicas, não alcançando instituições financeiras e demais serviços privados abertos ao público.

III. Os direitos de atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante ou ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, observadas as exceções previstas na lei.

IV. A pessoa com deficiência auditiva fica excluída do conceito legal de pessoa com deficiência, por não se enquadrar nas hipóteses de impedimento de longo prazo previstas no Estatuto.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e III estão corretas.

d) II e IV estão corretas.

e) I, III e IV estão corretas.

18. Com base na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004, analise as afirmativas abaixo sobre acessibilidade e barreiras.

I. A acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes e sistemas de comunicação e informação pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

II. A Lei classifica as barreiras em urbanísticas, arquitetônicas nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.

III. A reserva de vagas em estacionamentos para veículos que transportem pessoa com deficiência deve corresponder a 5% do total, com no mínimo uma vaga.

IV. As normas de acessibilidade aplicam-se apenas às edificações de uso público, excluindo as de uso coletivo e as de uso privado multifamiliar.

V. A barreira atitudinal é uma das categorias de barreira.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e IV estão corretas.

d) III, IV e V estão corretas.

e) I, II e V estão corretas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

19. Um servidor criou uma planilha no Google Drive e precisa compartilhá-la com três colaboradores. O primeiro deverá apenas consultar os dados, o segundo poderá inserir comentários e o terceiro ficará responsável por atualizar as informações. Para atender a essas necessidades, as permissões deverão ser atribuídas, respectivamente, como

a) leitor, editor e comentador, pois a permissão de editor permite apenas visualizar o conteúdo, enquanto a de comentador autoriza alterações nas células.

b) comentador, leitor e editor, pois a permissão de comentador impede a inclusão de observações e restringe o acesso à visualização.

c) editor, comentador e leitor, pois a permissão de leitor permite modificar os dados da planilha sem alterar suas configurações de compartilhamento.

d) leitor, comentador e editor, pois essas permissões permitem, respectivamente, visualizar o arquivo, adicionar comentários sem modificar seu conteúdo e realizar alterações nos dados.

e) leitor, comentador e proprietário, pois a atualização dos dados exige obrigatoriamente a transferência da propriedade do arquivo ao colaborador responsável.

20. A instituição disponibiliza um portal interno para consulta de documentos administrativos e acesso a sistemas corporativos. Os servidores podem utilizar esses recursos na rede local e, quando autorizados, acessá-los remotamente por meio de uma conexão VPN. A característica que distingue essa estrutura de uma página pública da internet está apresentada em

a) a intranet utiliza tecnologias e protocolos comuns à internet, como HTTP e HTTPS, mas restringe o acesso aos usuários autorizados, podendo ser acessada remotamente por meio de conexões seguras.

b) a intranet depende exclusivamente de protocolos proprietários, pois o uso de HTTP e HTTPS é permitido apenas em serviços disponibilizados na internet pública.

c) o acesso remoto por VPN transforma automaticamente a intranet em uma extranet pública, eliminando a necessidade de autenticação dos usuários.

d) os navegadores utilizados na internet não podem acessar páginas de uma intranet, sendo obrigatória a instalação de aplicativos específicos para cada sistema interno.

e) a intranet exige que todos os computadores estejam conectados fisicamente à mesma rede local, impedindo o acesso a seus recursos por usuários externos, mesmo quando autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Marina pretende exercer uma atividade profissional lícita para a qual não existe lei estabelecendo qualificações específicas. Uma autoridade pública informa que ela deverá aguardar a edição dessa lei para iniciar a atividade.

Considerando a classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais, a orientação recebida por Marina está

a) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia limitada, cuja aplicação depende de lei integrativa que estabeleça previamente as condições e os requisitos necessários ao exercício de cada atividade.

b) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia plena, que assegura o exercício imediato da atividade e impede a imposição de qualificações profissionais por lei.

c) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, que assegura o exercício imediato da atividade, mas permite restrições legais relacionadas às qualificações necessárias ao seu desempenho.

d) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, de modo que a atuação do legislador é necessária para liberar o exercício da atividade e definir os limites correspondentes.

e) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma programática, que estabelece uma diretriz para a atuação legislativa e não permite exigir da Administração o reconhecimento do direito antes da edição da lei regulamentadora.

22. No que se refere ao controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar

a) A ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal admite a impugnação de leis federais, estaduais e municipais posteriores à CF/1988, desde que a ofensa ao texto constitucional seja direta.

b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser utilizada contra atos anteriores à CF/1988, mas seu ajuizamento dispensa a verificação da existência de outro meio eficaz de sanar a lesividade.

c) No controle difuso de constitucionalidade, a declaração de inconstitucionalidade de lei por juiz de primeira instância depende de prévia manifestação do tribunal competente, em observância à cláusula de reserva de plenário.

d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade dependem de resolução do Senado Federal para adquirir eficácia contra todos e efeito vinculante perante os demais órgãos judiciais.

e) A ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal tem por objeto lei ou ato normativo federal e exige a demonstração de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição questionada.

23. A associação Alfa teve suas atividades suspensas por ato de um secretário estadual, sob alegação de desvio de finalidade. Posteriormente, sua dissolução compulsória foi efetivada por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

À luz da CF/1988,

a) as duas medidas são inconstitucionais, pois a suspensão depende de decisão judicial e a dissolução compulsória exige o trânsito em julgado da decisão que a determine, ainda que existam indícios de ilicitude.

b) a suspensão é constitucional, pois decorre do poder de polícia da Administração, mas a dissolução é inconstitucional, uma vez que sua efetivação depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

c) a suspensão é inconstitucional, pois somente o Judiciário pode determiná-la, mas a dissolução é constitucional, porque a sentença produz esse efeito independentemente do trânsito em julgado, caso demonstrado o desvio de finalidade.

d) as duas medidas são constitucionais, pois os indícios de desvio de finalidade autorizam a suspensão administrativa e a sentença de dissolução pode ser imediatamente executada, mesmo que ainda esteja sujeita a recurso.

e) as duas medidas são inconstitucionais, pois tanto a suspensão das atividades quanto a dissolução compulsória dependem de decisão judicial transitada em julgado, sendo vedada a adoção de qualquer dessas providências em caráter provisório.

24. Quanto aos princípios fundamentais estabelecidos na CF/1988, é correto afirmar

a) A soberania constitui atributo da União e dos Estados-membros, que a exercem nos limites de suas competências constitucionais, enquanto os Municípios dispõem apenas de autonomia administrativa e financeira.

b) A independência e a harmonia entre os Poderes asseguram a exclusividade de suas funções típicas, impedindo que o Legislativo exerça funções de julgamento ou que o Executivo produza atos normativos com força de lei.

c) O pluralismo político corresponde à liberdade de criação de partidos políticos, razão pela qual sua proteção constitucional se restringe à diversidade partidária, sem alcançar as diferentes convicções e concepções existentes na sociedade.

d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República, enquanto a redução das desigualdades sociais e regionais integra seus objetivos fundamentais, orientando a atuação estatal.

e) A prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz integram os objetivos fundamentais da República, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais orientam suas relações internacionais.

25. Laura, de 18 anos, nasceu na Espanha, filha de mãe brasileira que trabalhava em empresa privada. Seu nascimento foi registrado em repartição consular brasileira competente, e ela sempre residiu no exterior.

Nesse caso, conforme a CF/1988, Laura

a) somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e, após estabelecer residência no País, formalizar a opção pela nacionalidade brasileira, pois o registro consular não dispensa esses requisitos.

b) é brasileira nata, pois o registro consular brasileiro lhe atribui nacionalidade originária, sendo desnecessário que venha a residir no Brasil ou que faça opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

c) poderá adquirir a condição de brasileira naturalizada mediante requerimento, desde que resida no Brasil pelo prazo constitucional de um ano ininterrupto e comprove idoneidade moral, em razão de sua ascendência brasileira.

d) somente seria brasileira nata se sua mãe estivesse a serviço da República Federativa do Brasil na ocasião do nascimento, sendo insuficiente o registro consular quando o trabalho desenvolvido no exterior tiver natureza privada.

e) é brasileira nata em razão do registro consular, mas deverá confirmar essa condição após atingir a maioridade, mediante opção expressa perante a Justiça Federal, sob pena de perder a nacionalidade brasileira.

26. Segundo as disposições expressas da CF/1988 sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar

a) As pretensões relativas aos créditos de natureza trabalhista submetem-se à prescrição quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais, observado o prazo bienal para ajuizamento da ação após a extinção do respectivo contrato.

b) A irredutibilidade salarial admite exceção por acordo individual escrito entre empregado e empregador, desde que a redução seja temporária e esteja fundamentada em dificuldades econômicas comprovadas da empresa, preservado o salário mínimo.

c) O trabalho noturno deve ser remunerado em valor superior ao diurno, salvo se o empregado concordar expressamente com a equiparação das remunerações mediante ajuste individual celebrado no momento da contratação.

d) O décimo terceiro salário tem como base o salário básico do trabalhador, excluídas as demais parcelas remuneratórias, e é assegurado exclusivamente aos empregados em atividade, sem extensão aos aposentados.

e) A participação nos lucros ou resultados integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, enquanto a participação na gestão da empresa constitui direito de exercício obrigatório, independentemente de previsão legal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

27. Determinada autoridade administrativa instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta falta funcional praticada por um servidor público. Regularmente notificado, o servidor decidiu apresentar defesa escrita por conta própria, sem a assistência de um advogado. Ao final da instrução, a comissão processante elaborou relatório conclusivo e a autoridade aplicou a sanção de suspensão. O servidor, então, questionou a validade do processo alegando ausência de defesa técnica profissional, além de invocar teses sobre a aplicação dos princípios da administração pública. Considerando os princípios e entendimentos aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar acarreta a nulidade absoluta do procedimento por afronta ao princípio da ampla defesa.

b) O princípio da publicidade exige a divulgação oficial dos atos administrativos de caráter geral como requisito indispensável de sua validade.

c) No âmbito do princípio da ampla defesa, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

d) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é permitida a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa sempre que voltada ao atendimento do interesse público.

e) O princípio da motivação alcança de forma genérica e irrestrita todos os atos administrativos, sendo de observância obrigatória inclusive na exoneração de ocupante de cargo em comissão.

28. Durante a execução de um importante contrato de prestação de serviços no Tribunal Regional do Trabalho, o ordenador de despesas tomou diversas decisões administrativas. Algumas dessas decisões basearam-se em critérios discricionários, enquanto outras resultaram na efetuação de despesas sobre as quais recaíram fundadas suspeitas de ilegalidade. A situação motivou a atuação do Poder Judiciário e também o escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU). Considerando os limites do controle judicial e as regras de atuação dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

a) Ao tomar conhecimento formal das supostas irregularidades, o juiz competente poderá exercer o controle judicial de ofício, anulando prontamente os atos viciados do ordenador de despesas para evitar lesão ao patrimônio público.

b) O Poder Judiciário poderá exercer o controle sobre os atos discricionários praticados pelo ordenador de despesas, a fim de verificar se encontram-se dentro dos parâmetros definidos na lei e no Direito, anulando-os em caso de ilegalidade, sem adentrar no juízo de conveniência e oportunidade.

c) Caso o Tribunal de Contas da União constate ilegalidade no contrato administrativo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, caberá à referida Corte de Contas a adoção imediata do ato de sustação do contrato, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

d) Se o Tribunal de Contas da União julgar irregulares as contas do ordenador de despesas, este poderá interpor recurso ao Poder Judiciário, que detém competência para rever o julgamento das contas e proferir nova decisão de mérito.

e) As decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União que aplicarem multa ao ordenador de despesas dependem de prévia homologação pelo Poder Judiciário para que adquiram eficácia de título executivo.

29. Mário, servidor de um Tribunal Regional do Trabalho, com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, revelou um fato que devia permanecer em segredo, do qual teve ciência em razão de suas atribuições, propiciando o beneficiamento de uma empresa por informação privilegiada. Mário não auferiu qualquer vantagem patrimonial e sua conduta não gerou perda patrimonial ao erário. Em outra situação no mesmo Tribunal, a servidora Joana, atuando exclusivamente com negligência e imperícia, autorizou a realização de uma despesa sem a observância das normas pertinentes, acarretando efetiva perda patrimonial ao Estado, embora sem qualquer intenção de alcançar esse resultado. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021) sobre as espécies, o elemento subjetivo e as sanções dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A conduta de Joana configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, visto que a legislação admite a modalidade culposa quando há perda patrimonial efetiva e comprovada para os cofres públicos.

b) O ato praticado por Mário enquadra-se na categoria de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, a qual possui um rol taxativo de condutas expressamente enumeradas na legislação.

c) Para a configuração do ato de improbidade praticado por Mário, bastaria a comprovação da sua voluntariedade, sendo dispensável a demonstração da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

d) Caso Mário seja condenado, o magistrado poderá aplicar a ele, de forma isolada ou cumulativa, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

e) A conduta de Joana não configura ato de improbidade administrativa, pois a lei exige a conduta dolosa, enquanto o ato de Mário caracteriza improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, cujas sanções limitam-se ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos.

30. Durante a execução de um contrato administrativo firmado por um Tribunal Regional do Trabalho para a construção de um novo edifício-sede, a Administração emite uma ordem escrita suspendendo a execução da obra por quatro meses consecutivos, alegando contingenciamento de verbas. Em paralelo, a contratada se depara com a presença de um solo rochoso não indicado nos estudos técnicos iniciais, o que encarece sobremaneira a fixação das fundações, e sofre também os impactos do aumento de um tributo federal de alcance geral que atinge o custo dos insumos. Considerando as hipóteses de inexecução sem culpa, alteração e extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A presença do solo rochoso não identificado inicialmente caracteriza caso fortuito ou força maior, o que impõe a extinção do contrato sem culpa das partes em virtude da impossibilidade de conclusão dos trabalhos.

b) O aumento do tributo federal de alcance geral configura fato da administração, que consiste em uma ação estatal geral que atinge o contrato de forma reflexa, gerando o direito à alteração dos valores contratuais.

c) A Administração poderá determinar a extinção do contrato por ato unilateral e escrito caso verifique a falta de recursos, uma vez que a lei autoriza a extinção unilateral mesmo no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

d) A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, pelo prazo ocorrido na situação hipotética, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

e) Caso a extinção do contrato ocorra por culpa exclusiva da Administração, o contratado não fará jus ao pagamento do custo de desmobilização, restringindo-se o seu direito à devolução da garantia e ao pagamento pelas parcelas executadas.

31. A administração de um Tribunal Regional do Trabalho precisa contratar a locação de um imóvel específico para sediar um fórum trabalhista, cujas características de instalação e localização são indispensáveis para o atendimento do interesse público. Na mesma ocasião, o órgão necessita realizar a compra de materiais de expediente de uso contínuo, bem como a contratação de serviço técnico especializado de assessoria jurídica com profissional de notória especialização. Considerando as regras sobre contratação direta constantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha configura hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição.

b) As hipóteses de inexigibilidade de licitação possuem rol taxativo previsto em lei, não sendo admitida a contratação direta fora das situações expressamente enumeradas no texto legal.

c) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização é admitida por inexigibilidade, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.

d) As hipóteses de licitação dispensável possuem rol exemplificativo, conferindo à autoridade administrativa a faculdade de criar novas situações de dispensa conforme o juízo de conveniência e oportunidade.

e) A contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor para a aquisição de compras e outros serviços em geral é cabível para valores iguais ou inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

32. O Tribunal Regional do Trabalho pretende realizar licitações para atender a três demandas distintas: a aquisição de computadores de mesa padronizados no mercado, a escolha de um projeto arquitetônico para a construção de sua nova sede, e a alienação de veículos oficiais antigos que se tornaram inservíveis para a administração. Considerando as modalidades licitatórias e os critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A modalidade pregão pode ser utilizada para a realização de obras de engenharia, adotando-se obrigatoriamente o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

b) O diálogo competitivo é a modalidade indicada para a alienação de bens móveis inservíveis, devendo ser julgado pelo critério de maior lance.

c) O leilão é a modalidade de licitação destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo o critério de julgamento de maior lance exclusivo desta modalidade.

d) A concorrência é cabível para a contratação de bens e serviços especiais e de obras, admitindo todos os critérios de julgamento previstos na legislação, inclusive o de maior lance.

O concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo o julgamento realizado obrigatoriamente pelo critério de técnica e preço.

ENFERMAGEM

Breno Caldas

33. Segundo o disposto pela Lei Federal nº 7.498/86, considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação na prescrição da assistência de enfermagem.

II. O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento.

III. Cabe especialmente ao Técnico de Enfermagem executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11.

IV. Cabe especialmente ao Auxiliar de Enfermagem participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar.

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas III e IV.

e) Apenas I, II e III.

34. Segundo o disposto pela Lei Federal nº 7.498/86, as instituições de saúde, públicas e privadas, ofertarão aos profissionais de enfermagem condições adequadas de repouso, durante todo o horário de trabalho. Os locais de repouso dos profissionais de enfermagem devem, na forma do regulamento:

a) Ser destinados especificamente para o descanso dos profissionais de enfermagem e ser dotados de conforto térmico e luminoso.

b) Ser providos de mobiliário adequado e ter área útil mínima de 6 m² por profissional em serviço.

c) Ser compartilhados com os demais trabalhadores da instituição de saúde e ser providos de mobiliário adequado.

d) Ser localizados no interior das unidades assistenciais e ser dotados de conforto térmico e acústico.

e) Ser arejados, ser equipados com instalações sanitárias e ter área útil compatível com a quantidade de profissionais diariamente em serviço.

35. Segundo a Resolução Cofen nº 564/17, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, em relação ao sigilo profissional, é correto afirmar que:

a) O dever de sigilo permanece quando o fato é de conhecimento público, mas cessa em caso de falecimento da pessoa envolvida.

b) É obrigatória a comunicação externa, para os órgãos de responsabilização criminal, independentemente de autorização, de casos de violência contra crianças e adolescentes, idosos e pessoas incapacitadas ou sem condições de firmar consentimento.

c) O profissional de Enfermagem intimado como testemunha deverá comparecer perante a autoridade e, em qualquer hipótese, revelar o fato sigiloso.

d) A comunicação externa, para os órgãos de responsabilização criminal, em casos de violência doméstica e familiar contra mulher adulta e capaz será devida, independentemente de autorização, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo do profissional, dispensado o conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável.

e) O fato sigiloso deverá ser revelado em situações de ameaça à vida e à dignidade, na defesa própria ou em atividade multiprofissional, mesmo quando desnecessário à prestação da assistência.

36. Paciente de 74 anos, diabético e portador de doença arterial periférica, internado em unidade clínica, apresenta lesão em calcâneo direito com perda total da espessura da pele, cuja base está completamente recoberta por escara seca, escura, íntegra e aderente às bordas, sem eritema ou flutuação. Não é possível visualizar o tecido subjacente. Segundo a classificação do National Pressure Injury Advisory Panel (NPIAP), de 2016, a lesão e a conduta indicada são, respectivamente:

a) Lesão por pressão em Estágio 3, com desbridamento instrumental imediato da escara para visualizar o leito da lesão.

b) Lesão por pressão em Estágio 4, com aplicação de hidrogel sobre a escara para promover o desbridamento autolítico.

c) Lesão tissular profunda, com aplicação de placa de hidrocoloide para manter o meio úmido.

d) Lesão por pressão não classificável, com manutenção da escara estável, seca e íntegra, proteção e alívio da pressão sobre o calcâneo, sem desbridamento.

e) Lesão por pressão não classificável, com desbridamento enzimático por colagenase para remover a escara e classificar a lesão.

37. Segundo o disposto pela Lei Federal nº 8.080/90, é correto afirmar que:

a) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.

b) As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores e representantes dos usuários, quanto aos aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do Sistema Único de Saúde (SUS).

c) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) receberão recursos dos orçamentos dos Estados e dos Municípios, por meio dos respectivos fundos de saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais.

d) Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, independentemente de vínculo institucional com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

e) A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência, vedada a decisão sobre os aspectos financeiros da gestão compartilhada do Sistema Único de Saúde (SUS).

38. A Lei Federal nº 8.080/90 estabelece, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o atendimento domiciliar e a internação domiciliar. Sobre esse tema, de acordo com a referida Lei, é correto afirmar que:

a) Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, exclusivamente, os procedimentos médicos e de enfermagem necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.

b) O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina terapêutica e reabilitadora.

c) O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.

d) O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica ou de enfermagem, com expressa concordância do paciente e de sua família.

e) O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente ou de sua família.

ENFERMAGEM

Thaysa Vianna

39. Analise as afirmativas sobre a vacina pneumocócica 20-valente (conjugada):

I. Está indicada para todos os idosos a partir de 85 anos, sem exigência de estarem acamados ou institucionalizados.

II. Idosos entre 60 e 84 anos, 11 meses e 29 dias só têm indicação se estiverem acamados e/ou institucionalizados.

III. Tem por objetivo prevenir doenças pneumocócicas invasivas, como pneumonia, meningite, bacteremia e sepse, e as sequelas que elas deixam.

IV. Está indicada para crianças até 6 anos, 11 meses e 29 dias.

Estão corretas:

a) I e II, apenas.

b) II e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

40. Uma gestante de 41 anos, com 30 semanas de gestação, comparece à sala de vacinação da unidade básica. Ela foi vacinada contra o vírus sincicial respiratório na gestação anterior, há dois anos. Está sem febre, mas relata coriza leve há dois dias. Segundo as orientações do Ministério da Saúde para a vacina vírus sincicial respiratório A e B (recombinante), VVSR, a conduta correta é:

a) não vacinar, porque a indicação da VVSR se restringe a gestantes com até 40 anos.

b) não vacinar, porque ela já recebeu uma dose na gestação anterior e o esquema é de dose única na vida.

c) adiar a vacinação até a resolução do quadro respiratório, porque infecções leves contraindicam temporariamente a vacina.

d) vacinar com dose única de 0,5 mL, por via intramuscular, preferencialmente no músculo deltoide.

e) vacinar com dose única de 0,5 mL, por via subcutânea, preferencialmente na região do vasto lateral da coxa.

41. Durante consulta de enfermagem, um homem de 47 anos, sem diagnóstico prévio de hipertensão, apresenta PA de consultório de 126/78 mmHg. De acordo com as mudanças trazidas pela Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial de 2025 em relação às DBHA 2020, analise as afirmativas:

I. Pela nova classificação, o paciente se enquadra em “Pré-hipertensão”, embora, nas DBHA 2020, esse valor fosse classificado como “PA normal”.

II. A categoria “PA ótima” foi mantida para valores de PAS abaixo de 120 mmHg e PAD abaixo de 80 mmHg.

III. A classificação da HA considera o valor mais elevado de PA aferida no consultório, seja sistólica ou diastólica.

IV. Em pacientes com lesão de órgão-alvo ou doença cardiovascular estabelecida, a confirmação do diagnóstico de HA exige obrigatoriamente MAPA ou MRPA.

Estão corretas:

a) I e III, apenas.

b) I e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III, apenas.

e) II, III e IV, apenas.

42. Uma mulher de 52 anos, com IMC de 31 kg/m², procura a unidade de saúde com poliúria, polidipsia e perda de peso nas últimas semanas. Os exames confirmam diabetes mellitus tipo 2 com hiperglicemia grave. De acordo com a estratégia de tratamento do DM2 da Sociedade Brasileira de Diabetes, a conduta adequada é:

a) iniciar metformina em monoterapia e reavaliar a meta de HbA1c antes de considerar terapia baseada em insulina.

b) iniciar terapia baseada em insulina até a estabilização clínica e metabólica, mantendo a insulina de forma definitiva, já que a substituição por terapia não insulínica não é recomendada nesses casos.

c) iniciar terapia baseada em insulina até a estabilização clínica e metabólica e considerar sua substituição gradual por terapia não insulínica, desde que excluídos os diagnósticos de diabetes tipo 1 ou LADA.

d) iniciar terapia tripla com antidiabéticos orais, que dispensa o uso de insulina em pacientes com excesso de peso.

e) iniciar terapia baseada em insulina, sendo a combinação fixa insulina/AR GLP-1 indicada apenas para pacientes com peso adequado.

43. Sobre a vacinação contra o HPV com a vacina HPV4 em grupos prioritários, conforme as orientações do Ministério da Saúde, analise as afirmativas:

I. Criança de 7 anos vítima de abuso sexual deve receber 1 dose da vacina, que não será considerada para o esquema básico, devendo ser agendada a dose preconizada no Calendário Nacional de Vacinação aos 9 anos de idade.

II. Adolescente de 12 anos vítima de abuso sexual deve receber 2 doses, com intervalo de 6 meses entre elas.

III. Homem de 30 anos usuário de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV deve receber dose única da vacina, mediante comprovação de que realiza PrEP.

IV. Mulher de 52 anos submetida a conização para tratamento de NIC 3 não tem indicação de vacinação, pois a estratégia especial contempla apenas pessoas até 45 anos.

V. Pessoas com Papilomatose Respiratória Recorrente podem ser vacinadas a partir de 2 anos de idade, com esquema de 3 doses (0, 2 e 6 meses).

Estão corretas:

a) I, II e V, apenas.

b) I, III e IV, apenas.

c) II, III e V, apenas.

d) I, II, IV e V, apenas.

e) I, II, III, IV e V.

ENFERMAGEM

Guilherme Gasparini

44. Durante a assistência a um paciente internado, o enfermeiro observa que um profissional realizou higiene das mãos antes do contato com o paciente, porém, imediatamente após esse procedimento, tocou a grade do leito e ajustou o monitor antes de iniciar o cuidado. Considerando os momentos para higiene das mãos e a prevenção da transmissão de microrganismos nos serviços de saúde, é correto afirmar:

a) a higiene das mãos realizada antes do contato com o paciente elimina a necessidade de nova higiene quando o profissional toca superfícies próximas ao paciente.

b) a higiene das mãos deve ser realizada imediatamente antes do contato com o paciente, sendo desnecessária sua repetição caso o profissional permaneça utilizando luvas durante o procedimento.

c) o contato com superfícies próximas ao paciente pode representar risco de transferência de microrganismos, sendo necessária a higiene das mãos antes do contato com o paciente.

d) a utilização de luvas substitui a higiene das mãos quando o profissional manipula equipamentos localizados próximos ao paciente.

e) a higiene das mãos deve ocorrer apenas após procedimentos que envolvam contato direto com sangue ou outros fluidos corporais.

45. Em uma unidade hospitalar, um paciente apresenta suspeita de infecção respiratória transmissível por aerossóis. Durante a organização da assistência, o enfermeiro orienta a equipe quanto às medidas de precaução necessárias.

Nessa situação, considerando as precauções baseadas na transmissão, é correto afirmar:

a) devem ser adotadas precauções de contato, com utilização obrigatória de luvas e avental para todos os profissionais que entrarem no quarto.

b) devem ser adotadas precauções para gotículas, sendo suficiente a utilização de máscara cirúrgica pelo profissional durante toda a assistência.

c) devem ser adotadas precauções para aerossóis, incluindo o uso de respirador particulado, como a máscara N95 ou equivalente, conforme a situação assistencial.

d) devem ser utilizadas exclusivamente as precauções padrão, pois as precauções adicionais são indicadas somente após confirmação laboratorial do agente etiológico.

e) devem ser utilizadas precauções de contato e gotículas simultaneamente, independentemente da via de transmissão suspeita.

46. Sobre a classificação de Spaulding, referência utilizada para determinar o método adequado de processamento dos artigos utilizados na assistência à saúde, assinale a alternativa que apresenta exemplos de artigos classificados como semicríticos.

a) Cateteres vasculares e próteses implantáveis.

b) Roupas de cama e mobiliários hospitalares.

c) Agulhas hipodérmicas e materiais cirúrgicos invasivos.

d) Lâminas de bisturi e instrumentos utilizados em procedimentos cirúrgicos.

e) Alguns endoscópios digestivos e espéculos utilizados em exames.

47. Durante a rotina de um Centro de Material e Esterilização (CME), um enfermeiro verifica os registros referentes ao monitoramento dos ciclos de esterilização a vapor. Ao analisar o processo, constata que o teste de Bowie & Dick foi realizado no início do expediente e que os demais parâmetros do ciclo foram registrados.

Considerando as boas práticas para processamento de produtos para saúde, é correto afirmar que:

a) o teste de Bowie & Dick deve ser realizado apenas semanalmente, independentemente do tipo de equipamento utilizado.

b) o teste de Bowie & Dick é indicado para avaliar o desempenho do sistema de remoção de ar da autoclave assistida por bomba de vácuo e deve ser realizado no primeiro ciclo do dia.

c) o teste de Bowie & Dick substitui o monitoramento por indicadores físicos, químicos e biológicos durante o processo de esterilização.

d) o teste de Bowie & Dick deve ser realizado somente quando houver suspeita de falha no processo de esterilização.

e) o teste de Bowie & Dick é obrigatório em todas as autoclaves, inclusive naquelas que não possuem sistema de remoção de ar assistido por bomba de vácuo.

48. Durante uma atividade, um adulto apresenta obstrução grave das vias aéreas por corpo estranho. O indivíduo está consciente, apresenta tosse ineficaz, não consegue falar e demonstra sinais de cianose.

Considerando as recomendações atuais para atendimento da obstrução grave das vias aéreas por corpo estranho em adultos, a conduta inicial adequada é:

a) realizar imediatamente cinco compressões abdominais, seguidas de cinco golpes nas costas, repetindo a sequência até a desobstrução.

b) estimular a vítima a tossir vigorosamente e aguardar a resolução espontânea, mesmo diante da incapacidade de falar.

c) realizar ciclos repetidos de cinco golpes nas costas, seguidos de cinco compressões abdominais, até a expulsão do objeto ou a perda de responsividade.

d) introduzir os dedos na cavidade oral para tentar localizar e retirar o corpo estranho, ainda que não esteja visível.

e) iniciar imediatamente compressões torácicas, mesmo com a vítima consciente e apresentando sinais de obstrução grave.

49. A cadeia de sobrevivência da American Heart Association organiza as ações necessárias para aumentar a chance de sobrevivência após uma parada cardiorrespiratória. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

a) Reconhecimento precoce, intubação imediata, desfibrilação, cuidados pós-PCR e reabilitação.

b) Reconhecimento da PCR e acionamento do serviço de emergência, RCP de alta qualidade, desfibrilação rápida, suporte avançado de vida e cuidados pós-parada cardíaca.

c) Desfibrilação, administração de medicamentos, transporte hospitalar, alta e acompanhamento ambulatorial.

d) RCP, reconhecimento da PCR, cuidados pós-PCR, suporte básico e desfibrilação.

e) Reconhecimento da PCR, RCP de alta qualidade, desfibrilação precoce, ressuscitação avançada, cuidados pós-parada cardíaca e recuperação e sobrevivência.

50. Um paciente adulto encontra-se internado quando, durante a avaliação de enfermagem, apresenta perda súbita da responsividade e ausência de respiração normal. O profissional solicita ajuda e providencia o desfibrilador externo automático (DEA).

Considerando a abordagem inicial da parada cardiorrespiratória no adulto, é correto afirmar:

a) a avaliação da presença de pulso deve ser realizada por pelo menos 30 segundos antes do início das compressões torácicas.

b) diante da ausência de respiração normal e da ausência de sinais de circulação, deve-se iniciar a reanimação cardiopulmonar, priorizando compressões torácicas de alta qualidade.

c) a ventilação deve ser iniciada antes das compressões torácicas, independentemente da disponibilidade de equipe treinada.

d) o DEA deve ser utilizado somente após cinco ciclos completos de reanimação cardiopulmonar.

e) as compressões torácicas devem ser interrompidas durante toda a preparação do DEA, mesmo quando o equipamento ainda não estiver pronto para análise do ritmo.

ENFERMAGEM

Ligia Carvalheiro

51. Conforme a Lei nº 8.080/1990, a respeito da organização e da direção do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

a) A direção do SUS é compartilhada, no âmbito municipal, pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

b) A organização regionalizada dispensa a hierarquização dos serviços, desde que existam mecanismos de referência.

c) A direção do SUS é única em cada esfera de governo, cabendo, no âmbito da União, ao Ministério da Saúde.

d) A iniciativa privada somente pode atuar no SUS como gestora das ações de vigilância epidemiológica.

e) A descentralização político-administrativa exige concentração prioritária dos serviços na esfera federal.

52. Uma comissão de estudos propôs alterar a composição de um Conselho de Saúde, atribuindo 30% das vagas aos usuários e distribuindo as 70% restantes entre trabalhadores, gestores e prestadores de serviços. Considerando a Lei nº 8.142/1990, a proposta é:

a) válida, pois o único requisito é a participação de todos os segmentos.

b) inválida, pois a representação dos usuários deve ser paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

c) válida, desde que aprovada pela conferência de saúde.

d) inválida, pois os conselhos têm caráter exclusivamente consultivo e não podem deliberar sobre sua composição.

e) válida, pois a paridade se exige apenas no Conselho Nacional de Saúde.

53. Uma enfermeira de ambulatório ocupacional examina trabalhador com dispneia progressiva, registra dados subjetivos e objetivos, formula diagnóstico de enfermagem, determina resultados esperados, prescreve cuidados, acompanha sua execução e reavalia a resposta. À luz da Resolução Cofen nº 736/2024, assinale a alternativa correta.

a) A avaliação inicial equivale à evolução de enfermagem, dispensando reavaliações posteriores.

b) O diagnóstico e a prescrição de enfermagem podem ser assumidos autonomamente por técnicos de enfermagem capacitados.

c) O Processo de Enfermagem só é exigido em serviços de internação hospitalar.

d) O Processo de Enfermagem contempla avaliação, diagnóstico, planejamento, implementação e evolução de enfermagem, etapas inter-relacionadas e recorrentes.

e) O prontuário deve registrar apenas a prescrição, pois o restante corresponde a anotações facultativas.

54. A gerência de enfermagem identificou aumento das lesões por pressão em determinada unidade. Antes de decidir se a situação decorre de piora assistencial, a medida mais adequada é:

a) comparar somente o número absoluto de lesões de dois meses, sem considerar mudanças no número de pacientes expostos.

b) substituir o indicador de resultados por contagem exclusiva de treinamentos realizados.

c) avaliar a definição operacional do indicador, o denominador, a exposição ao risco, a qualidade da notificação e o perfil assistencial, articulando análise de processo e resultado.

d) atribuir o aumento imediatamente ao baixo desempenho individual da equipe, dispensando investigação de processos.

e) interromper a notificação de novos eventos até a conclusão da auditoria para evitar distorção da série histórica.

55. Em outubro de 2026, uma empresa revisa seu gerenciamento de riscos ocupacionais. Ao considerar as disposições vigentes da NR-01, deve reconhecer que:

a) os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho estão expressamente incluídos no gerenciamento de riscos ocupacionais.

b) a avaliação de riscos psicossociais se limita à triagem de transtornos mentais individuais, sem investigação das condições de trabalho.

c) o Programa de Gerenciamento de Riscos consiste exclusivamente no inventário, sendo vedada a elaboração de plano de ação.

d) a existência de equipamentos de proteção individual elimina, por presunção, a necessidade de outras medidas preventivas.

e) o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional substitui integralmente o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

56. Durante avaliação do Programa de Imunização Ocupacional em hospital, a enfermeira constata que a instituição oferece vacina contra hepatite B gratuitamente, mas exige pagamento pelas vacinas contra tétano e difteria dos trabalhadores. Segundo a NR-32, a conduta institucional é:

a) correta, porque apenas a vacina contra hepatite B é compulsoriamente ofertada pelo empregador.

b) correta, desde que a cobrança esteja prevista em acordo coletivo.

c) incorreta, pois a NR-32 prevê oferta gratuita de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e imunizações estabelecidas no PCMSO.

d) incorreta apenas para trabalhadores que realizam procedimentos invasivos, excluindo outros empregados dos serviços de saúde.

e) correta, porque cabe exclusivamente ao Sistema Único de Saúde custear essas imunizações.

57. Um empregado sofreu acidente típico de trabalho na terça-feira, sem óbito, e o empregador tomou ciência na mesma data. Considerando a Lei nº 8.213/1991, a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) deve ser realizada pelo empregador:

a) em até 48 horas após a alta hospitalar.

b) até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência.

c) somente após a confirmação de afastamento superior a 15 dias.

d) exclusivamente após reconhecimento pericial do nexo causal pelo INSS.

e) apenas se houver incapacidade permanente para o trabalho.

58. Em setor de processamento de materiais, o acompanhamento de saúde dos trabalhadores identificou queixas musculoesqueléticas recorrentes associadas à execução das tarefas. Uma avaliação preliminar sugere inadequações nas medidas preventivas já adotadas. Segundo a NR-17, é correto afirmar que:

a) a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) está proibida enquanto não houver acidente grave.

b) a Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP) somente pode ser realizada por instrumento quantitativo.

c) a avaliação ergonômica se limita à dimensão física e exclui a organização do trabalho.

d) há indicação de Análise Ergonômica do Trabalho (AET), pois o acompanhamento da saúde e a insuficiência de medidas podem justificar avaliação aprofundada.

e) a ocorrência de sintomas em mais de um trabalhador prova, automaticamente, nexo causal individual e dispensa análise das condições laborais.

59. Ao revisar o plano de prevenção de acidentes com materiais perfurocortantes em serviço de saúde, a enfermeira do trabalho verifica que há dispositivos de segurança disponíveis, mas os profissionais não receberam capacitação sobre seu uso. De acordo com a Portaria MTE nº 1.748/2011, que alterou a NR-32, assinale a alternativa correta.

a) A mera aquisição dos dispositivos satisfaz integralmente a obrigação de prevenção, independentemente de capacitação.

b) A organização só precisa capacitar empregados que já sofreram acidente com perfurocortante.

c) O empregador deve elaborar e implementar o plano de prevenção e assegurar capacitação sobre a utilização dos dispositivos de segurança.

d) O plano de prevenção é exigido apenas em hospitais com leitos de terapia intensiva.

e) A capacitação é responsabilidade exclusiva das empresas fabricantes, sem obrigação do empregador de assegurá-la.

60. As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) representam um grave problema de saúde pública, sendo uma das principais causas de afastamento e incapacidade funcional entre profissionais da equipe de enfermagem. Considerando os fatores de risco ergonômicos, a fisiopatologia e as medidas preventivas para LER/DORT no contexto da assistência de enfermagem, assinale a alternativa CORRETA:

a) O aparecimento de LER/DORT é decorrente exclusivamente de fatores biomecânicos e físicos, como o transporte manual de pacientes e movimentos repetitivos na realização de curativos. Fatores organizacionais e psicossociais não possuem relação com estes distúrbios.

b) O diagnóstico das LER/DORT é estritamente de caráter anatomopatológico e radiológico, necessitando obrigatoriamente da confirmação por exames de imagem (como ressonância magnética) para ser notificado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

c) A adoção de pausas programadas durante a jornada de trabalho, o uso de tecnologias de apoio para movimentação e transferência de pacientes dependentes, aliando melhorias ergonômicas ao fortalecimento da organização do trabalho, constituem estratégias efetivas na prevenção primária das LER/DORT.

d) O uso isolado de equipamentos de proteção individual (EPIs), tais como luvas de procedimento e máscaras cirúrgicas, é a principal medida de controle ergonômico capaz de eliminar o risco de desenvolvimento de lombalgias ocupacionais entre técnicos de enfermagem.

e) O início dos sintomas de LER/DORT é agudo e de curso rapidamente reversível, caracterizando-se por dor intensa e súbita no primeiro dia de exposição às atividades repetitivas no ambiente hospitalar.

REDAÇÃO

Texto I

"Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." (Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Texto II

"Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (...) § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena." (Lei nº 13.146/2015)

Texto III

"Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho." (Lei nº 13.146/2015)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DA GARANTIA LEGAL À SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0